

## COLABORAÇÃO E ENVOLVIMENTO ENTRE PAIS DE CRIANÇAS COM NEE E PROFISSIONAIS DO JARDIM DE INFÂNCIA

Stéphanie da Silva, Universidade do Algarve, FCHS, [stephaniesilva88@gmail.com](mailto:stephaniesilva88@gmail.com)

Maria Helena Martins, Universidade do Algarve, FCHS, [mhmartin@ualg.pt](mailto:mhmartin@ualg.pt)

**RESUMO:** Vários investigadores têm considerado que a relação entre a família e a escola tem um impacto significativo no desenvolvimento da criança e, principalmente no caso de crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE). De acordo com esta abordagem, os serviços de Intervenção Precoce (I.P.) têm procurado envolver as famílias nas suas intervenções, de modo a se promover uma verdadeira parceria.

O presente estudo tem como objetivo analisar a parceria e o envolvimento estabelecido entre Pais e Profissionais de Educação (Educadores de Infância do Ensino Regular e do Apoio Educativo) face ao apoio de crianças com NEE.

Para responder ao objetivo referenciado utilizaram-se quatro instrumentos, um questionário sociodemográfico dirigido a Pais e Profissionais de Educação; um inquérito dirigido aos Pais e outro aos Profissionais de Educação sobre a colaboração e o envolvimento; e o *Families in Natural Environment Scale of Services Evaluation* (FINESSE). A amostra é constituída por 90 sujeitos ( $N=90$ ), distribuídos por 3 grupos amostrais (30 Pais de crianças com NEE, 30 Educadores do Ensino Regular e 30 Educadores do Apoio Educativo).

Os resultados demonstram que os Pais se encontram envolvidos e colaboram ativamente com o jardim-de-infância da criança na educação dos seus filhos com NEE e que consideram importante o seu envolvimento na I.P.. Observou-se também que a prática típica e a prática ideal dos técnicos se aproxima, mas não corresponde exatamente à prática idealmente recomendada em I.P.. Verificou-se que existem relações significativas entre a média da prática ideal e as habilitações literárias das Educadoras do Ensino Regular [ $H(2)=6,604$ ,  $p=0,037$ ] e relativamente à média da prática ideal e à idade das Educadoras do Apoio Educativo [ $H(2)=6,170$ ,  $p=0,046$ ]. No que concerne às restantes variáveis sócio-demográficas e à média da prática típica e ideal dos Profissionais de Educação não se verificam diferenças significativas.

Palavras-chave: Envolvimento parental; Família e Escola; Crianças com NEE

### Introdução

Ao longo dos últimos anos, tem sido abordada a importância da relação entre a família e a escola e o impacto que esta tem no desenvolvimento da criança nomeadamente nas crianças em situação de risco ou com Necessidades Educativas Especiais (NEE).

Atualmente é consensual a importância da inclusão destas crianças nas escolas de ensino regular, de modo a que tenham acesso às mesmas oportunidades de ensino e um percurso educativo adaptado às suas necessidades.

O Modelo Ecológico do Desenvolvimento Humano de Bronfenbrenner (1977) considera que a família é o contexto ecológico básico da criança sendo fundamental que qualquer intervenção seja proporcionada a toda a família e não apenas à criança. Neste sentido, a Intervenção Precoce (I.P.) tem como principal finalidade promover o desenvolvimento e o processo de ensino-aprendizagem da criança, assim como criar ambientes propícios para que as famílias estejam preparadas para assumir um papel mais dinâmico neste processo (Dunst & Bruder, 2002, citados por Bairrão & Almeida, 2003). Pretende-se ainda que as famílias sejam incluídas nos programas de intervenção, uma vez que o apoio que estas disponibilizam é de extrema relevância para potenciar o desenvolvimento da criança com NEE ou em situação de risco.

Neste contexto temos vindo a assistir a algumas modificações estruturais no que concerne às práticas dos técnicos no âmbito da I.P. De uma perspetiva centrada nas dificuldades da criança, passa assim a defender-se uma Abordagem Centrada na Família que pretende capacitar as famílias, de modo a que estas consigam responder adequadamente às necessidades que vão sentindo de forma a poderem mais eficazmente auxiliar as crianças ao longo do processo de intervenção (Martins, 2000). Progressivamente, considera-se que a I.P. deve ser um trabalho de parceria entre os diferentes agentes educativos, sendo necessário envolver as famílias para que estas desempenhem de forma mais ativa o seu papel na educação da criança, com o auxílio da sua rede de apoio social. É neste sentido que se pretende ainda proporcionar o bem-estar da família e, de modo consequente, promover o processo de adaptação e o relacionamento entre os pais e a criança (Cornwell & Korteland, 1997).

De acordo com o referenciado é possível concluir que o envolvimento, a colaboração e a participação dos pais é assim imprescindível para um bom relacionamento entre a família e a

escola; contudo este não é um processo fácil, verificando-se a existência de diversos obstáculos a essa parceria que podem ter um impacto significativo no desenvolvimento e na aprendizagem da criança. As investigações efetuadas por Cunningham e Davis (1995), bem como a de Gascoigne, (1995) permitiram verificar que existem diferentes barreiras face ao seu envolvimento familiar, tais como a preocupação sentida pelos pais porque consideram os técnicos despreocupados e desinteressados, o que se traduz num baixo nível de confiança face a estes agentes educativos; os problemas de troca de informação através de uma fraca e inadequada comunicação ou ainda numa comunicação que não é compreendida pelos pais devido à linguagem utilizada pelos técnicos; problemas de acessibilidade no que concerne à obtenção de serviços; falta de suporte; serviços pouco organizados o que conduz a uma falta de coordenação e pouca capacitação profissional dos técnicos.

Numa tentativa de compreensão mais aprofundada destas barreiras Davies, Marques e Silva (1989) e Afonso (1994) identificaram algumas razões justificativas para as dificuldades a nível da relação família-escola. Também Villas-Boas (n.d, p.6) refere algumas dificuldades advindas da *“imagem negativa do papel parental”*, atendendo a que os Profissionais de Educação consideram que os pais não desempenham totalmente o seu papel enquanto agentes educativos; a *“relutância relativamente à participação dos pais na escola”* (Villas-Boas, n.d., p.6), porque, na maioria das vezes, estes profissionais sentem receio e medo de solicitar a colaboração e o envolvimento dos pais; a *“defesa do estatuto profissional”* (Villas-Boas, n.d., p.7), sendo que os profissionais consideram que a participação dos pais pode influenciar a sua prática enquanto profissionais; e a *“preferência pelos pais da classe média”* (Villas-Boas, n.d, p.7), uma vez que consideram que são estes que apresentam semelhanças no que concerne às

competências manifestadas por eles mesmos e estão mais atentos ao desenvolvimento e à aprendizagem dos filhos.

Com a presente investigação pretende-se contribuir para uma análise das práticas dos técnicos de I.P., de forma a averiguar se estas correspondem às práticas consideradas ideais e se estas contribuem para o envolvimento e parceria entre técnicos e pais.

### *Objetivos*

Face ao exposto, pretendeu-se analisar a colaboração e o envolvimento estabelecido entre Pais e Profissionais de Educação (Educadores de Infância do Ensino Regular e da Educação Especial) face ao apoio de crianças com NEE ou em situação de risco. Na sequência deste objetivo geral, foram estabelecidos ainda diversos objetivos específicos, nomeadamente analisar o envolvimento dos Pais na educação dos filhos e conhecer a importância que estes atribuem ao seu envolvimento e analisar que tipo de colaboração costuma ser habitual. Pretendeu-se ainda analisar se os Profissionais de Educação costumam envolver os Pais na elaboração e implementação dos programas educativos do(a) filho(a) e na dinâmica educativa; identificar as práticas típicas e as práticas ideais que os Profissionais de Educação apresentam a nível de intervenção em contexto escolar e se existe diferença entre as práticas típicas e aquelas que estes consideram ideais no que se refere à I.P.; avaliar quais as vantagens indicadas pelos Profissionais de Educação do envolvimento dos Pais na I.P.; avaliar quais os fatores indicados pelos Profissionais de Educação como causadores das divergências/obstáculos entre as suas práticas ideais e práticas típicas e finalmente determinar se existe relação entre variáveis sociodemográficas (idade, anos de experiência em jardim-de-infância, anos de trabalho com crianças com NEE, habilitações literárias ou a participação em ações de formação) e as práticas

que os profissionais aplicam tipicamente e ainda no que se refere às práticas que estes consideram ideais.

## **Metodologia**

### *Amostra e instrumentos*

Tendo como referencial os objetivos anteriormente enunciados, para a consecução do estudo, optou-se por selecionar uma amostra de conveniência constituída pelos Encarregados de Educação de Crianças com Necessidades Educativas Especiais e os respetivos Profissionais de Educação, Educadores de Infância, do Ensino Regular e da Educação Especial que lhes dão apoio educativo.

A amostra do presente estudo é constituída por 90 sujeitos, distribuídos por 3 grupos amostrais, nomeadamente 30 Encarregados de Educação ( $n=30$ ) de 30 crianças com NEE e por 30 Educadores de Infância do Ensino Regular ( $n=30$ ) e 30 Educadores do Apoio Educativo ( $n=30$ ).

Como instrumentos optou-se pela construção de um Questionário Sociodemográfico destinado aos Pais e outro destinado aos Educadores; um Inquérito sobre a Colaboração e Envolvimento destinado a Pais/Encarregados de Educação de crianças com NEE (ítems adaptados de Silva, 2004; e de Martins, 1996); um Inquérito sobre a Colaboração e Envolvimento destinado a Profissionais de Educação (Educadores de Infância do Ensino Regular e do Apoio Educativo) (ítems adaptados de Silva, 2004; e de Martins, 1996) e a Escala FINESSE – *Families in Natural Environment Scale of Service Evaluation* (McWilliam, 2000), traduzido para português sob o título de Escala de Avaliação de Serviços de Famílias em Contextos Naturais – EASFCN, (adaptado por Dionísio & Carvalho, 2008).

### **Análise e Discussão dos Resultados**

A análise dos resultados obtidos permitiu chegar a um conhecimento mais aprofundado do envolvimento dos Pais na educação dos filhos verificando-se que estes costumam ter iniciativa própria quando se deslocam ao jardim-de-infância do(a) filho(a). Assinale-se que os Pais assumem com maior frequência que se dirigem ao jardim-de-infância dos seus filhos quando querem ser esclarecidos em relação ao trabalho que está a ser feito com a criança (90%;  $n=27$ ), ou quando são solicitados pela educadora para reuniões (3,3%;  $n=25$ ). De forma geral os Profissionais de Educação referem que as razões para que os pais coloquem os filhos no jardim-de-infância estão relacionadas com o bem-estar da criança (100%;  $n=30$  - Educadoras do Ensino Regular; 86,7%;  $n=26$  - Educadoras do Apoio Educativo) e com a promoção da sua autonomia (90%;  $n=27$  - Educadoras do Ensino Regular; 96,7%;  $n=29$  das Educadoras do Apoio Educativo).

Face aos resultados encontrados conclui-se ainda que os Pais apresentam um tipo de envolvimento muito ativo e interessado. No que respeita às Educadoras do Ensino Regular estas consideram que em primeiro lugar, se encontram os Pais interessados ( $M=2,07$ ), seguidos dos Pais retraídos ( $M=2,03$ ) e, por último, os Pais muito envolvidos ( $M=1,93$ ). No que respeita às Educadoras de Apoio Educativo é possível assinalar que estas referem em primeiro lugar, os Pais muito envolvidos ( $M=1,93$ ), seguidos dos Pais interessados ( $M=1,90$ ) e por fim, os Pais retraídos ( $M=1,87$ ). Foi possível constatar que são as mães quem estabelecem mais contacto com a escola da criança (83,3%;  $n=25$  - Educadoras do Ensino Regular; 83,3%;  $n=25$  - Educadoras do Apoio Educativo). Os dados demonstram ainda que 76,7% ( $n=23$ ) das Educadoras do Ensino Regular consideram que a classe social não influencia o envolvimento dos Pais na vida escolar da criança, ao contrário dos 40% ( $n=12$ ) das Educadoras do Apoio

Educativo que assinalam que o envolvimento dos Pais na educação do filho pode ser influenciado pela classe social. Como justificativa acrescentam que a classe social pode influenciar o interesse, o nível de esclarecimento e os recursos financeiros que os Pais apresentam. Verificou-se também que, segundo estes são os Pais de classe social mais baixa que menos colaboram com a escola.

É de salientar que, de uma forma global, os Pais consideram que o jardim-de-infância é um local muito importante no desenvolvimento de múltiplas aprendizagens (100%;  $n=30$ ) e da autonomia da criança (100%;  $n=30$ ). Assinala-se também que todos os Pais ( $n=30$ ) encaram o seu envolvimento na I.P. como essencial ao bom desenvolvimento da criança permitindo desenvolver esta parceria e as competências da família.

Para aprofundar esta questão do tipo de colaboração que os Pais estabelecem com o jardim-de-infância pretendeu-se verificar por médias que tipo de participação exercem, tendo-se concluído que os Pais costumam estabelecer uma participação a nível individual com o jardim-de-infância permitindo que seja promovida uma participação mais ativa com a escola, colaborando na elaboração e participação de atividades, para além de terem conhecimento do que se passa no jardim-de-infância.

Relativamente à elaboração e implementação dos programas educativos da criança é de destacar que os Profissionais de Educação costumam integrar as opiniões e sugestões dos Pais (46,7%;  $n=14$  das Educadoras do Ensino Regular costumam fazê-lo *frequentemente*; 66,7%;  $n=20$  das Educadoras do Apoio Educativo fazê-lo *muitas vezes*), sendo que as Educadoras do Ensino Regular costumam transmitir aos Pais as informações e assinar o plano de intervenção (30%;  $n=9$ ), enquanto para as Educadoras de Apoio Educativo é essencial trabalhar em conjunto com os Pais na elaboração no plano educativo (60%;  $n=18$ ).

No que diz respeito aos Profissionais de Educação e ao envolvimento dos Pais na dinâmica educativa conclui-se que as todas as Educadoras do Ensino Regular costumam recolher informação sobre as necessidades da criança (100%) e as Educadoras de Apoio Educativo costumam reunir com os Pais para avaliarem conjuntamente o desenvolvimento da criança (96,7%;  $n=29$ ). Em relação às tomadas de decisões assinala-se, de igual modo, que as Educadoras do Ensino Regular (30%;  $n=9$ ) apresentam um plano de avaliação e solicitam a opinião dos Pais, ao invés das Educadoras do Apoio Educativo que costumam elaborar o plano de avaliação em conjunto com os Pais (60%;  $n=18$ ).

Ao analisar as práticas típicas e ideais dos técnicos verifica-se que existem dimensões nas quais as práticas dos técnicos se afastam do que é recomendado a nível das práticas centradas na família. Observou-se que as práticas que os técnicos aplicam no seu dia-a-dia, não condizem com o que gostariam de fazer ou consideram ideal. Constata-se que a média global das práticas típicas dos profissionais, no que diz respeito às Educadoras do Ensino Regular corresponde a 6,13 ( $DP=1,271$ ). Por sua vez, verifica-se que as dimensões com médias mais elevadas correspondem à Identificação das Necessidades da Família ( $M=6,73$ ;  $DP=0,583$ ), Finalidade do Objetivo ( $M=6,67$ ;  $DP=0,711$ ) e o Modelo de Prestação de Serviços ( $M=6,50$ ;  $DP=0,777$ ). Assinala-se, assim que na sua prática profissional, as Educadoras do Ensino Regular tendem a reunir regularmente para conversar com as famílias acerca das suas aspirações e a finalidade de cada objetivo é apresentado de forma explícita, sabendo exatamente porque é que estão a trabalhar, tendo por base um modelo transdisciplinar. Neste sentido, as Educadoras do Ensino Regular estão sensibilizadas para a importância de orientar a intervenção para a família, não a dirigindo exclusivamente para a criança. No que concerne à prática ideal, as Educadoras de Infância do Ensino Regular obtiveram uma média global de 6,45 ( $DP=1,012$ ). Este resultado

indicia que as Educadoras do Ensino Regular parecem apresentar práticas mais próximas da prática recomendada, não obstante ainda não tenham adotado uma abordagem Centrada na Família. Assinale-se que as dimensões que possuem médias mais elevadas e mais em concordância com as práticas consideradas mais recomendadas são a Finalidade do Objetivo ( $M=6,83$ ;  $DP=0,53$ ), a Necessidade do Comportamento Alvo ( $M=6,77$ ;  $DP=0,50$ ), o Modelo de Prestação de Serviços ( $M=6,77$ ;  $DP=0,57$ ) e, ainda o Papel do Responsável do Caso ( $M=6,77$ ;  $DP=0,43$ ).

No que diz respeito às Educadoras do Apoio Educativo verificou-se que a média global das práticas típicas destas profissionais corresponde a 5,76 ( $DP=1,496$ ). Observa-se que as dimensões com médias mais elevadas correspondem à Identificação das Necessidades da Família ( $M=6,70$ ;  $DP=0,466$ ), Necessidades do Comportamento Alvo ( $M=6,30$ ;  $DP=1,208$ ) e os Primeiros Contactos – Admissão ( $M=6,07$ ;  $DP=1,112$ ) e a Finalidade do Objetivo ( $M=6,07$ ;  $DP=1,639$ ). Verifica-se assim que, na sua prática profissional, as Educadoras de Apoio Educativo têm tendência a reunir mensalmente para que as famílias possam partilhar as suas expectativas e sensibilizar os técnicos com o intuito de melhorar a qualidade nas rotinas da criança para que se possa desenvolver mais adequadamente. Os contactos estabelecidos inicialmente têm como finalidade conhecer melhor o sistema familiar em que a criança está incluída, sendo de assinalar que a finalidade de cada objetivo é apresentado explicitamente, para que os pais percebam o que está a ser trabalhado com os filhos.

Relativamente às *práticas assinaladas como ideais pelas Educadoras de Apoio Educativo* a média global correspondente é de 6,27 ( $DP=1,148$ ). As dimensões que possuem médias mais elevadas são a Identificação das Necessidades da Família ( $M=6,97$ ;  $DP=0,615$ ), a Finalidade do Objetivo ( $M=6,93$ ;  $DP=0,365$ ) e, ainda, os Primeiros Contactos - Admissão ( $M=6,77$ ;

$DP=0,626$ ). Estas dimensões são aquelas em que os profissionais expressam maior concordância com as práticas recomendadas.

Ainda se constata que os Profissionais de Educação estão conscientes das vantagens do envolvimento dos Pais na I.P.. Quando questionados sobre quais as vantagens/benefícios da participação dos Pais, a maioria das Educadoras do Ensino Regular (59,5%;  $n=22$ ) destacam que esta permite otimizar e facilitar o processo de intervenção. Seguidamente, 18,9% ( $n=7$ ) das Educadoras mencionam a promoção das competências da família e ainda 13,5 % ( $n=5$ ) assinalam que promove o conhecimento da criança. Estas vantagens vão ao encontro da literatura uma vez que os programas de I.P. têm diversos efeitos nas famílias, promovendo a facilitação das aquisições, possibilitando o desenvolvimento de intervenções mais positivas e, como consequência, permite a promoção de um desenvolvimento e conhecimento total da criança (Correia & Serrano, 1994). Assinale-se que também, Dias (1996) apresenta um conjunto de benefícios do envolvimento dos Pais, que se centram na criança com NEE, nos Pais e nos Profissionais. Também é possível evidenciar que, apesar de 8,1% ( $n=3$ ) das educadoras terem respondido que existiam vantagens da participação dos Pais na I.P. não responderam a esta questão.

Por sua vez, também é possível concluir que as Educadoras de Apoio Educativo consideram que existem vantagens da participação dos Pais em I.P., sendo que todas as inquiridas ( $n=30$ ) mencionam que *existem benefícios*.

Questionadas sobre quais as principais vantagens/benefícios da participação dos Pais na I.P. verificou-se que (43,2%;  $n=16$ ) das Educadoras de Apoio Educativo referem que a participação dos Pais promove o desenvolvimento e as aprendizagens da criança. Seguidamente, 32,4% ( $n=12$ ) das Educadores mencionam que permite o trabalho em parceria

entre a Família e a Escola. Estes testemunhos são corroborados por Wolfendale (1983) assinala no seu estudo que a parceria é uma aptidão desenvolvida pelos pais para colaborar e participar, desenvolvendo um desempenho mais ativo nas decisões que necessitam de ser tomadas relativamente ao filho.

Destaca-se, ainda 16,2% ( $n=6$ ) das Educadoras que referem que promove e capacita a família para melhor lidar com a criança. Esta vantagem é também assinalada por Wilson (1998), que expressa que o envolvimento da família na I.P. promove uma atuação cada vez mais centrada na família, sendo que os profissionais têm a função de promover a capacitação dos Pais, de modo a que essa participação seja mais significativa e que estes sejam apoiados quando tomam as suas decisões. Considera ainda que o envolvimento dos Pais na I.P. permite ajudar a família a responder adequadamente às necessidades da criança e promover entre Pais e criança interações adequadas à estimulação e ao seu desenvolvimento. É importante referir que 8,1% ( $n=3$ ) das educadoras reconhecem que existem vantagens da participação dos Pais, mas não respondem a esta questão.

Ao analisar as dificuldades e os obstáculos que identificam nas suas práticas, encontra-se muito presente a dificuldade dos Pais em aceitar a intervenção. Este obstáculo referenciado demonstra a dificuldade de aceitação do próprio funcionamento de cada família, sendo que alguns técnicos alertam para os casos em que o ambiente familiar é desadequado e se apresenta como uma influência negativa para o desenvolvimento da criança. É de referir que também as principais conclusões que se podem retirar do estudo desenvolvido por Davies, Marques e Silva (1989) se focam no facto dos Pais terem, muitas vezes, dificuldade em aceitar a intervenção, uma vez que sentem que a sua principal função em relação ao seu(sua) filho(a) consiste em lhe proporcionar as suas condições básicas, conduzindo a que adotem um papel mais passivo na

sua educação. Por sua vez, também Coutinho (2000) assinala que os técnicos consideram, muitas vezes, que os Pais apresentam sentimentos negativos face aos serviços disponibilizados. Por outro lado, evidenciam, muitas das vezes, o fato de não haver continuidade da intervenção por parte da família, sendo de assinalar as conclusões apresentadas por Meyers e Blacher (1987, citados por Vincent, Salisbury, Strain, McCormick, & Tessier, 1990) de que cerca de 40% dos Pais encontram-se pouco ou nada envolvidos neste processo de intervenção, o que conduz a que não haja continuidade da intervenção. Neste sentido, é essencial que as educadoras enfatizem a necessidade de haver continuidade do trabalho que é iniciado na escola com a criança para que seja desenvolvido um processo contínuo.

Também foi possível constatar que no âmbito da presente investigação existem relações significativas entre a média da prática ideal e as habilitações literárias das Educadoras do Ensino Regular [ $H(2)=6,604$ ,  $p=0,037$ ] e no que diz respeito à média da prática ideal e à idade das Educadoras do Apoio Educativo [ $H(2)=6,170$ ,  $p=0,046$ ). No que concerne às restantes variáveis sócio-demográficas e à média da prática típica e ideal dos Profissionais de Educação não se verificam diferenças significativas.

### **Conclusões**

Tendo em atenção os resultados obtidos é possível verificar que existem dimensões nas quais as práticas dos técnicos se afastam mais das práticas recomendadas e assinaladas como as mais atuais no âmbito da I.P.. Constatou-se ainda que as práticas que os técnicos aplicam no seu dia-a-dia, não condizem com o que estes gostariam de fazer ou consideram as práticas ideais.

Ainda se verifica que os Profissionais de Educação estão conscientes das vantagens do envolvimento dos Pais na I.P., contudo, ao analisar as dificuldades e os obstáculos que identificam nas suas práticas, encontra-se muito presente a dificuldade mencionada de que os Pais aceitem a intervenção e, muitas vezes, referem o facto de não haver continuidade da intervenção por parte da família.

Os resultados apresentados permitem ainda referenciar algumas implicações no âmbito das práticas e que permitirá a estes técnicos desenvolver práticas que mais se aproximem do recomendado. É neste sentido que se espera que os resultados do presente estudo possam servir de auxílio para o desenvolvimento de futuras formações para se reconhecer quais as principais necessidades que os Profissionais de Educação sentem. Assim, espera-se que os resultados obtidos pelo presente estudo permitam que um maior conhecimento sobre o processo de parceria entre a Família e a Escola e as dificuldades apresentadas quer pelos Profissionais de Educação quer pelos Pais de forma a se poder intervir neste âmbito.

Assinala-se, assim, a necessidade do planeamento de formações a longo prazo com o objetivo de que os técnicos possam desenvolver e aperfeiçoar as suas práticas e que reconheçam a importância da Abordagem Centrada na Família. Por outro lado, seria importante que se promovessem formações ao nível do envolvimento parental e da parceria entre Pais e Profissionais de Educação, de modo a que ambos os agentes educativos saibam como podem exercer o seu papel, tentando ao máximo focalizar a necessidade de colaboração dos Pais como principais agentes na educação e na ação interventiva.

Em conclusão, os resultados apresentados pelo estudo com a presente amostra permitem verificar que existe divergência entre os princípios essenciais ao envolvimento familiar e as práticas implementadas atualmente pelos Profissionais de Educação. Essa divergência pode ser

justificada pela falta de competências necessárias para trabalhar com base numa prática centrada na família. Refira-se que, os técnicos foram formados para trabalhar tendo por base um modelo centrado na criança, contudo hoje em dia procura-se que o técnico oriente a sua intervenção para a família. Neste sentido, para que os técnicos possam trabalhar adequadamente e em colaboração com a família precisam ter diferentes tipos de conhecimentos, que vão desde a promoção da comunicação e do bem-estar da família, bem como o conhecimento de quais as principais necessidades e recursos que o sistema familiar apresenta e a transmissão de informação entre Pais e Profissionais de Educação.

Em futuras investigações seria importante analisar o grau de satisfação do sistema familiar de crianças com NEE ou em situação de risco no que diz respeito ao seu relacionamento com o jardim-de-infância da criança, com o intuito de compreender melhor o que a família deseja que possa ser alterado/modificado da sua relação com o jardim-de-infância e os Profissionais de Educação.

Também seria importante em futuras investigações realizar entrevistas aos Profissionais de Educação e aos Pais das crianças com NEE, de modo a se poder analisar de uma forma mais objetiva as práticas exercidas pelos profissionais com o intuito da obtenção de dados que refletissem mais fielmente a realidade com que os Pais se deparam no seu dia-a-dia.

Seria igualmente importante verificar as práticas apresentadas pelos Profissionais de Educação tendo por base outros métodos de avaliação, de modo a que os resultados e conclusões obtidas tivessem uma maior validade. Também, se considera que se poderia avaliar as principais crenças dos técnicos no que concerne á abordagem centrada na família, uma vez que estas exercem um efeito importante nas práticas aquando da sua intervenção com as famílias e a criança.

Não obstante tudo o que atrás é referido importa contudo ainda salientar a mais-valia que representou a presente investigação enquanto parte final desta etapa formativa, referenciando-se que foi extremamente importante pela aproximação e ganhos obtidos com a realidade educativa destas crianças com NEE, os seus Pais e os técnicos que as acompanham!

### Referências

- Afonso, N. (1994). As famílias no novo modelo de gestão das escolas. *Revista ESES*, 5, 31-51.
- Bairrão, J. & Almeida, I. C. (2003). Questões Actuais em Intervenção Precoce. *Psicologia*, 17(1), 15-29.
- Brofenbrenner, U. (1977). Toward an Experimental Ecology of Human Development. *American Psychologist*, 32(7), 513-531.
- Cornwell, J. R. & Korteland, C. (1997). The family as a system and a context for early intervention. In S. K. Thurman, J. R. Cornwell & S. R. Gottwald (Eds.), *Contexts of early intervention: Systems and settings* (93-109). Baltimore: Paul H. Brookes.
- Correia, L. M. & Serrano, A. M. (1994). Impacto dos programas de intervenção precoce na criança e na família. *Revista Portuguesa de Educação*, 7(3), 85-93.
- Coutinho, T. (2000). Percepções dos pais e dos profissionais sobre as necessidades e expectativas das famílias de crianças com necessidades especiais. In A. Fontaine (Ed.), *Parceria família: escola e desenvolvimento da criança* (277- 302). Porto: Edições ASA.
- Cunningham, C. C. & Davis, H. (1995). *Working With Parents: FrameWorks for Collaboration*. Milton Keynes, England: Open University Press.
- Davies, D., Marques, R. & Silva, P. (1989). *As Escolas e as Famílias em Portugal – Realidade e Perspectivas*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Dias, J. C. (1996). A problemática da relação escola-família e a criança com necessidades educativas especiais. Dissertação final apresentada com vista à obtenção do grau de Mestre em Educação Especial. Instituto Jean Piaget.
- Gasgoigne, E. (1995). *Working With Parents as Partners in SEN – Home and School – A Working Alliance*. London: David Fulton Publishers.
- Marques, R. (1989). Obstáculos ao envolvimento dos pais na escola. *Revista ESES*, 1, 43-59.
- Martins, M.H.V. (1996). *Contributo para uma análise avaliativa de Intervenção Precoce – As representações dos profissionais*. Dissertação final apresentada com vista à obtenção do grau de Mestre em Educação Especial. Universidade Técnica de Lisboa. Faculdade de Motricidade Humana (Documento Policopiado).
- Martins, M. H. V. (2000). Envolvimento familiar na Intervenção Precoce. *Educação, Indivíduo, Sociedade*, 1, 151-180.
- McWilliam, R. A. (2000). It's only natural...to have early intervention in the environments where it's needed. In S. Sandall & M. Ostrosky (Eds.), *Young Exceptional Children Monograph Series No. 2* (17-26). Denver, CO: Division for Early Childhood of the Council for Exceptional Children.
- Silva, M. (2004). A Colaboração entre pais de crianças com Necessidades Educativas especiais e os profissionais do Jardim-de-Infância. Dissertação final apresentada com vista à

- obtenção do grau de Mestre. Universidade do Minho, Instituto de Estudos da Criança, Braga.
- Villas-Boas, M. A. (n.d.). *A relação escola-família-comunidade inserida na problemática da formação de professores*. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Vincent, L. J., Salisbury, C. L., Strain, P., McCormick, C. & Tessier, A. (1990). A behavioral ecological approach to early intervention: Focus on cultural diversity. In S. J. Meisels & J. P. Shonkoff (Eds.), *Handbook of Early Childhood Intervention*. Boston, MA: Cambridge University Press.
- Wilson, R. A. (1998). *Special educational needs in the early years*. London: Routledge.
- Wolfendale, S. (1983). *Parental participation in children's development and education*. London: Gordon and Breach.